



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS SANTOS CAVALCANTI DA SILVA

**PETROBRAS:
DA BUSCA PELA AUTOSSUFICIÊNCIA AO DESMONTE**

**JOÃO PESSOA
2021**

LUCAS SANTOS CAVALCANTI DA SILVA

**PETROBRAS:
DA BUSCA PELA AUTOSSUFICIÊNCIA AO DESMONTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Relações Internacionais.
Área de concentração: Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

**JOÃO PESSOA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Lucas Santos Cavalcanti da.
Petrobras [manuscrito] : da busca pela autossuficiência ao
desmonte / Lucas Santos Cavalcanti da Silva. - 2021.
49 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo , Coordenação do
Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Desmonte da Petrobras. 2. Interesse internacional. 3.
Petrobras. 4. Petróleo. I. Título

21. ed. CDD 338.272 8

LUCAS SANTOS CAVALCANTI DA SILVA

PETROBRAS: da busca pela autossuficiência ao desmonte

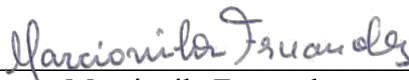
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 22/10/2021.

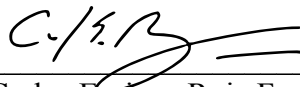
BANCA EXAMINADORA



Filipe Reis Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Marcionila Fernandes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Carlos Enrique Ruiz Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus pais Maria Suely e Erivan, aos meus adoráveis avós Maria e José, ao meu amado irmão Djavan, a Alice minha namorada, Keiliane minha melhor amiga e amigos que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao meu Orientador Filipe Reis Melo, pelas correções e ensinamentos que me permitiram fazer este presente trabalho de pesquisa.

*“Para o triunfo do mal só é preciso que os bons
homens não façam nada.”*

(Edmund Burke)

RESUMO

A Petrobras foi originalmente criada para atender a demanda petrolífera e gerar autossuficiência energética, mas com o passar dos anos sua estrutura organizacional foi sendo convertida para os interesses privados. O presente trabalho busca mostrar a trajetória da Petrobras desde sua criação em 1953, até o seu desmonte, especialmente a partir de 2016. A análise foi realizada através de artigos acadêmicos, artigos de jornais e de publicações de órgãos oficiais. A pesquisa conclui que a Petrobras está sob ataque por agentes privados externos e internos. As políticas adotadas pelo governo atual na Petrobras se mostram divergentes com o cenário econômico nacional e contra o interesse da segurança energética.

Palavras-chave: Desmonte. Interesse internacional. Petrobras. Petróleo.

ABSTRACT

Petrobras was originally created to meet oil demand and generate energy self-sufficiency, but over the years its organizational structure has been converted to private interests. being converted to private interests. The present work seeks to show the trajectory of Petrobras since its creation in 1953, until its current dismantling through documental analysis such as academic articles published, newspaper articles and publications by official bodies. The research concludes that Petrobras is suffering several attacks by external and internal private agents. The policies adopted by the current governments at Petrobras are divergent from the national economic scenario and against the interest of energy security.

Keywords: Dismantlement. International interest. Petrobras. Oil.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: TÉCNICOS ESTRANGEIROS GEÓLOGOS E GEOFÍSICOS ATUANDO NA PETROBRAS	12
TABELA 2: TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO	16
TABELA 3: PRIVATIZAÇÕES DO REGIME COLLOR (1990-1992)	24
TABELA 4: PRIVATIZAÇÕES DURANTE O GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1992-1995)	25
TABELA 5: PRIVATIZAÇÕES FEITAS DURANTE O PRIMEIRO MANDATO DE FHC (1995-2003)	27
TABELA 6: TABELA DE PRIVATIZAÇÕES NO SEGUNDO MANDATO DE FHC (1995-2003)	28
TABELA 7: TABELA DE VENDA NO ÚLTIMO ANO DO PRIMEIRO MANDATO DE LULA (2006)	32
TABELA 8: 2º LICITAÇÃO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PRÉ-SAL 2017	39
TABELA 9: 3º LICITAÇÃO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PRÉ-SAL 2017	39
TABELA 10: RESULTADO DAS LICITAÇÕES DO 1º CICLO DA OFERTA PERMANENTE (2019)	41
TABELA 11: TABELA DE PRIVATIÇÕES DAS SUBSIDIÁRIAS DA PELO GOVERNO ATUAL	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CRIAÇÃO DA PETROBRAS E SEU HISTÓRICO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR	11
1.1 Era Médici e Geisel	13
1.2 Era Figueiredo	18
2 AS MUDANÇAS NA GESTÃO DA PETROBRAS A PARTIR DOS ANOS 1990 ATÉ 2016	21
2.1 Era Collor	21
2.2 Era Itamar Franco	23
2.3 Era Fernando Henrique Cardoso	24
2.4 Era Lula	27
2.5 Era Dilma Rousseff	32
3 CONSEQUÊNCIAS DO DESMONTE DO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO A PARTIR DE 2016	34
3.1 Era Michel Temer	36
3.2 Era Jair Bolsonaro	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Em um cenário de forte crescimento industrial, onde se precisava substituir o carvão mineral por outro produto que fosse mais fácil de manusear, no ano de 1953 é criada a Petrobras, com o intuito de explorar e pesquisar campos de petróleo no Brasil. O seu principal objetivo era ser um motor do desenvolvimento nacional e buscava a autossuficiência energética do Brasil. Com o slogan "O petróleo é nosso!"¹ começava um movimento nacionalista que buscava proteger nossas futuras bacias petrolíferas.

A Petrobras é uma empresa vital para a segurança econômica e energética brasileiras. Este trabalho pretende analisar a história da Petrobras e como os diferentes governos lidaram com a petrolífera desde a sua criação, passando por relatar os interesses das organizações privadas externas e internas no desenvolvimento da Petrobras. A metodologia aplicada é a abordagem qualitativa, utilizando uma análise bibliográfica a partir de publicações oficiais, artigos acadêmicos e artigos de jornais.

O presente artigo está dividido em cinco tópicos, o primeiro sendo sua introdução; o segundo tópico faz uma análise histórica da Petrobras no início de sua criação; o terceiro tópico refere-se à abertura do mercado nacional e os governos da Nova República, analisando os governos desde Collor até Dilma Rousseff na gestão da Petrobras; o quarto tópico descreve o desmonte da Petrobras e o interesse privado no petróleo brasileiro, especialmente a partir do golpe parlamentar de 2016 até o governo de Jair Messias Bolsonaro; finalmente, são apresentadas as conclusões do trabalho e algumas limitações durante o período da pesquisa.

¹ "O petróleo é nosso!" é uma frase que se tornou famosa ao ser pronunciada pelo então presidente da república Getúlio Vargas por ocasião da descoberta de reservas de petróleo na Bahia.

1 CRIAÇÃO DA PETROBRAS E SEU HISTÓRICO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

A Petrobras surgiu na década de 1950, num período conturbado na indústria brasileira, com uma grande demanda em constante crescimento de combustíveis, já que os planos de industrialização do Brasil seguiam a todo vapor, e com uma grande falta de regulamentação no setor petrolífero, conforme Celso (2005): a Lei n.º 2004 que foi aprovada pelo então presidente da República Getúlio Vargas dava vida à gigantesca petrolífera Petrobras.

Ainda no ano em que a empresa foi criada, em 3 de outubro de 1953, houve grande preocupação por parte dos políticos e estudiosos de movimentos nacionalistas que eram defensores da Petrobras e que usavam o slogan ‘o petróleo é nosso!’, pois havia de outro lado, uma campanha dos entreguistas contra a criação da Petrobras e seu gerenciamento nos campos petrolíferos futuros.

Foi contratado no ano de 1955, o geólogo Walter K. Link (Estadunidense) para um alto cargo de gerência dentro da Petrobras (DIAS, QUAGLINO, 1993). A contratação foi vista por muitos nacionalistas e defensores da Petrobras como uma afronta e uma questão de agressão aos interesses nacionais, já que a Petrobras foi criada com o objetivo de ter autossuficiência na matriz petrolífera, e não depender de mão de obra estrangeira, podemos notar pelos dados da Tabela 1 que havia uma falta de mão de obra qualificada nesse setor naquela época no país, mas ainda na década de 1950 foram criados cursos de especialização em Geologia do Petróleo (DE MENDONÇA, 2004).

Tabela 1: Técnicos estrangeiros geólogos e geofísicos atuando na Petrobras

Ano	Técnicos estrangeiros geólogos e geofísicos
1955	22
1956	37
1957	63
1958	72
1959	62
1960	68
1961	54
1962	36
1963	26
1964	11
1965	8

Fonte: Adaptado de Giuseppe Bacoccoli (BACOCOLI,1986 apud DIAS; QUAGLINO,1993, pag.139).

Conforme mostrado na tabela acima, o número de trabalhadores estrangeiros atuando na Petrobras era bastante grande, tendo em vista que era um setor bastante novo no Brasil e infelizmente a Petrobras carecia de mão de obra especializada.

Uma das pioneiras e mais importantes explorações da Petrobras foi no Estado da Bahia, especificamente na Bacia do Recôncavo, que deu também pontapé inicial para abranger outras áreas para exploração da Petrobras. Com a criação e o início de atuação da Petrobras em Exploração, houve uma diversificação dos métodos exploratórios no Distrito da Bahia, incluindo uma ênfase nos mapeamentos regionais e uma busca de novos alvos exploratórios na Bacia do Recôncavo (MENDONÇA, 2004).

As pesquisas anteriormente feitas pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), foram de bastante ajuda para o início da Petrobras, conforme diz o autor Mendonça (2004, p.14):

A filosofia exploratória da Petrobras centrou-se então em dois pontos: 1) considerando os resultados positivos obtidos pelo CNP, foi recomendado o prosseguimento da exploração na Bacia do Recôncavo; 2) dadas as enormes dimensões das bacias paleozóicas brasileiras, permeava na exploração a crença de que haveria grandes descobertas, os denominados bonanza fields, sinalizados como sendo a redenção do processo exploratório.

No início das explorações da Petrobras, excepcionalmente no recôncavo Baiano, onde houve a primeira exploração de petróleo, a quantidade produzida era por volta de 40 mil barris de petróleo por dia. Isso correspondia a cerca de 21% de todo o consumo do país (BRITO, 2008).

Esse início extremamente positivo nas pesquisas e exploração do petróleo no Estado Brasileiro, só demonstra o quão benéfico foi ter iniciado um projeto de criação de uma empresa

estatal para explorar e desenvolver pesquisas que de fato guiasse o Brasil para a autossuficiência petrolífera, já que para um Estado se industrializar e se desenvolver de forma rápida, é necessária uma grande oferta de combustíveis disponíveis para uso.

Tendo em vista a crescente demanda externa por petróleo, a Petrobras começa a tomar moldes para se inserir no mercado internacional, já que a partir da década de 1960, o petróleo começou a ser vital para as grandes operações industriais que estavam surgindo, como era mais maleável o petróleo em lidar em comparação com as fontes de energias anteriores, o petróleo acabou se tornando produto de interesse primordial na indústria internacional (CAMPOS, 2005).

A inserção da Petrobras no mercado internacional teve como missão disseminar sua expansão de serviços e produtos, mas no início de sua entrada no comércio externo, a Petrobras sofreu bastante com o *know-how*, já que não detinha tantas técnicas de exploração bastante avançadas como as Petrolíferas de outros países daquela mesma época (SANTOS, 2016).

1.1 Era Médici e Geisel

Em cerca de uma década de vida, a Petrobras viu o País tomar o golpe militar no ano de 1964, então assume um regime militar totalitário e extremamente radical contra seus opositores, que tinha como um dos seus pressupostos modificar toda a estrutura que havia sido feita pelos governos anteriores em prol dos interesses externos.

Com o decreto de Lei de nº200 do ano de 1967, o regime militar estava buscando descentralizar as decisões nas esferas administrativas das estatais. Com a descentralização em vigor durante o regime, os militares poderiam ordenar qualquer ditame sobre as funções administrativas públicas de qualquer estatal sem nenhuma interrupção (CARVALHO, 2020).

Alguns anos depois após o regime ditatorial ter se iniciado no Brasil, no ano de 1967, surge a Petroquisa, que é uma subsidiária da Petrobras que atua no ramo da Petroquímica e derivados de produtos químicos. A Petroquisa foi criada com o intuito de manter uma simbiose entre os setores estatais e os setores privados da época, com grande ênfase em ampliação e alternância das atividades (CARVALHO, 2020).

As diversas retaliações que os opositores sofriam durante o regime militar não ficou apenas no campo da tortura física, os militares principalmente durante o regime de Médici (1969-1974) não queriam interrupções nos planos que eles endossavam sobre a petroleira, como

no caso de Roberto Villa que tinha pensamentos alinhados com movimentos sociais e estudantis, conforme diz Paduan (2016, pag.55):

Villa também não era militar. Em 1968, quando passou no concurso da estatal, foi o último da turma a ser contratado, apesar de ter sido o terceiro colocado nos testes. A demora na contratação, soube por um professor, deveu-se à sua militância de esquerda no centro acadêmico da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil. Era um tempo em que os candidatos a uma vaga na estatal eram investigados, e qualquer relação com o movimento estudantil ou sindical valia ponto negativo na ficha.

No ano de 1971, foi criada a BR Distribuidora, que foi a segunda subsidiária da Petrobras criada em menos de 10 anos. As novas diretrizes de planejamento das estatais no regime militar foram alinhadas com os ocupantes dos cargos de gerência das empresas. Naquela época, o presidente da Petrobras era o General Ernesto Geisel que tinha assumido o comando da estatal durante o governo militar de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

O pensamento sobre a Petrobras durante o governo militar na era Médici, que foi encabeçada pelo presidente da estatal na época, o general Ernesto Geisel, era claro. Geisel determinou a remoção de grande parte das atividades de exploração e de produção de petróleo da agenda de preferências da Petrobras (TORRES ,1997).

O aumento do número de trabalhadores brasileiros ocupando os altos cargos da Petrobras coincidiu com um aumento do uso tecnológico do maquinário exploratório e de pesquisas de áreas para exploração de petróleo que estava acontecendo na mesma época. Com grandes investimentos na estatal, surge no Brasil uma vontade de internacionalizar suas explorações de petróleo. Essa necessidade de internacionalizar suas explorações estava ligada ao fato de que a Petrobras sob a gestão de Ernesto Geisel optou por dar ênfase no refino e na distribuição do petróleo (DIAS; QUAGLINO, 1993).

A Braspetro é criada em 1972 com o intuito de suprir essa falta de insumos crus. Essa deficiência do petróleo bruto foi criada pela a agenda de prioridades do presidente da Petrobras Ernesto Geisel. A Braspetro deveria atuar nos segmentos de exploração e pesquisa dos campos de petróleo. Uma das estratégias da Braspetro era formalizar *joint venture* no mercado internacional nos campos de exploração de petróleo e maquinário petrolífero (BAER; KERSTENETZKY; VILLELLA, 1973).

A complexidade da Braspetro ao se envolver no mercado internacional sob a regência da Petrobras comandada por Geisel era notória. A Braspetro demonstrou bastante aflição e incertezas, já que a Petrobras estava agindo sem nenhuma experiência no ramo internacional e o mercado externo já era extremamente competitivo e desleal com novas empresas que surgissem (JURBERG, 2016).

O exemplo claro dessa in experiência em atuar no mercado internacional, foi um complexo de erros nas tomadas de decisões dos gestores da Petrobras, principalmente pelo seu gestor principal que era Ernesto Geisel, antes de se tornar presidente da república Brasileira. Como a Braspetro estava com foco no segmento de refino, a subsidiária da Petrobras sofreu bastante com a alta demanda e consumo que cresciam rapidamente, já que faltavam insumos (DIAS; QUAGLINO,1993).

Este grande crescimento pela demanda da produção do petróleo foi um grande choque para a Braspetro, já que sua agenda foi feita para o mercado Downstream². Com isso, havia-se formado uma lacuna entre o insumo básico, ou seja, o petróleo cru e o seu refino, já que a Braspetro não poderia cumprir sua agenda com base no refino do petróleo sem haver uma oferta do insumo no mercado.

Tabela 2: Taxa de crescimento da produção nacional de petróleo

Ano	Taxa
1969	7.2%
1970	-4.9%
1971	3.8%
1972	-1.7%
1973	1.6%
1974	4.2%
1975	-3.1%
1976	-2.8%
1977	-3.8%
1978	-0.3%
1979	3.8%

Fonte: Adaptado (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.136).

Como exemplificado na tabela acima, o crescimento de produção petróleo foi bastante expressiva no ano de 1969, e logo após sofrendo uma grande queda, tendo em vista que o Brasil estava passando por uma época de forte expansão de toda sua indústria nacional como um todo, e o petróleo era o elemento base para continuar crescendo, e faltava o insumo cru do petróleo para o refino no mercado nacional.

A Problemática na falta de insumos básicos para a produção do refino do Petróleo foi bastante acintosa, conforme diz Dias e Quaglino (1993, p.127): “A situação delicada em que se

² Downstream é o setor que envolve toda a cadeia de distribuição e transporte do petróleo e seus derivados por todo um país.

encontrava a atividade de exploração e produção foi instantaneamente agravada e as alternativas tinham agora de ser desenvolvidas em curtíssimo prazo”.

Um ano após a criação da Braspetro, em 1973, surge a grande crise internacional do Petróleo, que foi iniciada pelas diversas guerras entre os países árabes e Israel. Como forma de punição contra os países que apoiaram Israel durante a guerra, os estados-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiram elevar o preço do petróleo. Em contrapartida, os países importadores do petróleo anunciaram embargos econômicos contra os países árabes exportadores de petróleo.

Como a agenda da Braspetro estava com enfoque em transporte e refino de petróleo e necessitava de uma grande quantidade de insumo, o Brasil sofreu as consequências do desequilíbrio de sua balança (SANTANA, 2006).

Essa forte necessidade de insumos energéticos que o Brasil estava precisando para impor o planejamento do regime militar em relação ao gerenciamento petrolífero interno, fez aflorar ainda mais a chamada Diplomacia do Interesse Nacional. Foi dada maior ênfase pelo Chanceler Mário Gibson Barbosa, a fim de que o relacionamento dos países não fosse afetado por quaisquer problemas e garantir o suprimento de insumos para o Brasil.

Durante a gestão Ernesto Geisel na Petrobras, a Petrobras manteve um alinhamento automático com o Ocidente, mas também reforçou suas relações com o Oriente. Esse pragmatismo em gerir os interesses da Petrobras por parte de Geisel, foi bastante aceito pelos militares da época.

Com a entrada de Ernesto Geisel para a Presidência do Brasil em 1974, o governo viu-se em grande problemática, já que importava mais da metade de sua necessidade de consumo do insumo bruto do petróleo, conforme diz Santana (2006, p.166):

O presidente Geisel, que aspirava a conduzir o Brasil à última etapa do desenvolvimento econômico, havia apostado todas as fichas no plano de desenvolvimento elaborado pelo ministro do Planejamento, Reis Velloso, orientado para grandes inversões em infraestrutura e para avançada integração industrial.

Essa necessidade em se manter boas relações não só apenas com os países do Ocidente, mas manter também de manter-se próximo dos países do Oriente, foi uma estratégia de Geisel para poder implementar o chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento, que foi criado em 1974 logo no início de seu mandato como Presidente do Brasil.

O II Plano Nacional de desenvolvimento foi criado por Geisel para tentar suprimir a necessidade do Brasil em relação ao petróleo durante períodos de crise externa, fortalecer a

base industrial e atender os setores produtivos, principalmente aqueles voltados para obtenção de petróleo cru.

A Criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, foi uma forma de desvencilhar das dependências externas, de acordo com Lessa (1994, p.21):

Buscou desenvolver, assim, os setores produtivos de insumos básicos e bens de capital que de mandavam capitais, tecnologias avançadas e alto consumo de energia - através de grandes investimentos, tocados mediante o exercício do duplo papel de empresário e agente regulador do Estado.

As relações entre o Brasil e os países árabes a partir de 1974 experimentou uma significativa melhora. Ter uma boa relação com esses países era uma preocupação do regime militar governado por Geisel, já que havia planos de promover os interesses da Petrobras em solo internacional.

No ano de 1975, a grande Estatal petrolífera brasileira teve forte embate com as diversas campanhas de antiestatismo que eram promovidas por diversos setores da sociedade, principalmente pela mídia mais influente do Brasil que desde a criação da Petrobras, questionava a capacidade do Brasil em gerir uma empresa de grande porte (VIANA, 2011)

Este aspecto entreguista e antinacionalista que a imprensa nacional fazia questão de deixar claro em suas matérias e opiniões, só mostra a falta de patriotismo de grande parte da elite econômica da sociedade naquela época que atuava nas grandes redes de comunicação.

Ainda no Período do Governo Geisel na Presidência do País, em 1976, houve a criação da Petrobras Internacional (Interbrás), que serviu como um dos principais pilares na contratação e toda articulação nas compras de insumo bruto no mercado internacional, usando o nome e a influência da Petrobras, a Interbrás passou a se inserir no mercado internacional e novos contratos em diversos países começaram a surgir (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Esta nova subsidiária da Petrobras era uma sociedade econômica mista, cujo objetivo era adquirir novos contratos internacionais para a Petrobras, a Interbrás tinha certos limites de atuação, já que o governo de Geisel temia por uma crescente do setor privado petrolífero no âmbito interno do Brasil.

Durante o ano de 1978, o Brasil fez diversos acordos com os países árabes, tais acordos como construção de estradas de ferro no Iraque até acordo relacionado à exportação de bens. Os acordos firmados entre o Brasil e os países árabes abriram uma grande brecha para o Brasil no setor petrolífero, já que a Braspetro continuou com seu plano de expansão da extração internacional do petróleo na cidade de Bassora, no Iraque (SANTANA, 2006).

A política pragmática de Geisel durante toda a década de 1970 se mostrou bastante amistosa com os Estados do Oriente Médio, já que o governo brasileiro buscava fortemente adquirir investimentos externos em petrodólares, sendo o Iraque o maior exportador de Petróleo durante o governo Geisel (SANTANA, 2006).

A Interbrás passou por grandes dificuldades principalmente no fim do regime do governo Geisel, mesmo tendo conseguido adquirir robusto corpo executivo no setor internacional e uma vasta rede subsidiárias, no final dos anos 1970, a Interbrás já começou a movimentar para o exterior grande parte de suas operações, de acordo com Dias e Quaglino (1993, p.187).

Nesse mesmo ano (1979), teve início também a sua atuação na exportação dos derivados de petróleo, agora excedentes devido à recessão interna. Apenas as importações realizadas a pedido do governo brasileiro - principalmente alimentos destinados a estoques reguladores - recordavam seu caráter estatal.

Durante todo o regime de Geisel, desde sua presidência na Petrobras em 1969 até 1973, e durante o seu governo de Presidente do governo durante o regime militar em 1974 até 1979, sua gestão foi marcada em grande parte pelo milagre econômico, que ajudou bastante naquele período (VELOSO; VILLELA, GIAMBIAGI,2008), mas que se tornou uma grande problemática nos governos subsequentes.

Durante o regime presidencial de Ernesto Geisel (1974-1979), na gerência da Petrobras houve significantes aumentos nas áreas de refinarias, do transporte do petróleo e de sua cadeia de distribuição, porém a agenda focada em refino causou uma forte queda na produção de petróleo nacional. Isso mostrou a fragilidade do país naquele momento em obter o petróleo em sua forma bruta, já que uma grande ênfase no refino e distribuição fez o Brasil se tornar um país interdependente de insumo em sua forma crua, causando retardo na expansão industrial.

1.2 Era Figueiredo

No início do governo militar de Figueiredo (1979-1985), o governo continuou seguindo os passos do presidente Geisel nas chamadas políticas de pragmatismo responsável, que visava uma maior aproximação dos Estados fora do arquétipo Ocidental, como o fortalecimento das relações com os países Árabes.

Um dos grandes pontos para alavancar a internacionalização da Petrobras nos anos de 1980 sob o regime militar de Figueiredo, foi devido ao seu grande sucesso nas pesquisas

relacionadas à exploração e extração do petróleo em águas profundas (CARVALHO; GOLDSTEIN, 2008), que havia sido bastante incentivada no governo anterior do Presidente Geisel.

O pragmatismo nas relações com outros países fora da esfera dos Estados Unidos, mostrava, de certo modo, um aumento na participação política internacional do Brasil, segundo o autor Santana (2006, p.170-171);

A presença da diplomacia brasileira em todas as áreas do planeta foi conservada e intensificada pelo chamado “Universalismo” da gestão do chanceler Saraiva Guerreiro, que tentou conservar a margem de autonomia internacional adquirida pela política externa dos governos anteriores. O Itamaraty buscou aumentar a cooperação com os países do Sul, a qual poderia reforçar o poder de barganha em negociações econômicas multilaterais.

O segundo grande choque do petróleo no final da década de 1979 e início da década de 1980, forçou o Brasil a buscar empréstimos ao Fundo Monetário Internacional, tais empréstimos foram feitos sob uma forte pressão econômica, já que o Brasil contraiu diversas dívidas advindas do chamado milagre econômico do regime militar.

Conforme Santana (2006, p.171), “As dívidas aumentavam na medida em que as políticas nacionais não contribuíam para aliviar crônico déficit na balança comercial. Embora o montante da exportação agrícola tivesse sido ampliado, ainda não era suficiente para cobrir o déficit.”

As altas taxas de juros e o agravamento da crise econômica internacional devido ao segundo choque do petróleo no ano de 1979, fez marcar e ditar toda as diretrizes tomadas pelo governo Figueiredo. Em 1982 o governo de Figueiredo numa medida frustrada de tentar acelerar os projetos do II Plano de Desenvolvimento Nacional, estendeu os contratos de riscos³ das empresas externas de prospecção do petróleo em território nacional (TAVARES, 2010).

Os efeitos do segundo choque do petróleo durante o governo Figueiredo foram sentidos das mais diversas formas econômicas. Houve bastante apreensão do governo, já que as reservas de petróleo brasileiras estavam em grande queda. Com isso, houve bastante críticas em relação ao modo da Estatal por não ter diversificado seus fornecedores do insumo.

De acordo com Santana (2006, p.172-173), “A culpa pela não-diversificação dos fornecedores de petróleo foi atribuída à Petrobras, a qual perseguia política de adquirir petróleo exclusivamente pelos preços mais baixos, em lugar de diversificar os fornecedores.”

³ Contratos de risco ocorrem quando uma das partes do contrato assume o risco por eventuais perdas ou inefetividade em entregar as metas estabelecidas no contrato.

Com a grande coleta do *catching-up*⁴ em empresas internacionais petrolíferas, ainda durante o governo Figueiredo, houve um grande empreendimento em investir no Programa de Capacitação em Águas Profundas (Procap), que tinha como objetivo qualificar as instituições de ensino para que tornasse a exploração de Petróleo mais exitosa, mas que foi apenas criado em 1986 (DALLA COSTA, 2009).

No final do regime militar, a Petrobras se encontrava situada sob uma complexa situação econômica, já que detinha grandes dívidas da chamada Era do milagre econômico, tais dívidas fomentaram ainda mais uma imagem negativa da Petrobras daqueles indivíduos que detinham interesse em dilapidar a Estatal, desde sua criação nos anos 1950.

⁴ catching up é definido como um processo no qual um país em desenvolvimento reduz o seu gap tecnológico em alguns setores chave, usando os países líderes como modelo e também inovando

2 AS MUDANÇAS NA GESTÃO DA PETROBRAS A PARTIR DOS ANOS 1990 ATÉ 2016

Com a virada dos anos 1990, principalmente seguido pelo fim da ditadura militar no Brasil em 1984, o início da última década do século XX foi marcado por grandes movimentos de cunho liberal, tendo em vista uma ruptura no modelo de proteção nacional das empresas e o crescimento de partidos a favor das privatizações das Estatais, os anos de 1990 foram bastante conturbados.

A grande abertura comercial financeira que o Brasil sofreu logo após a queda do regime militar foi bastante agressiva. Os chamados capitais especulativos ganhavam força na metade de década de 1980 e no início da década de 1990, já que as grandes empresas multinacionais alinhadas com o pensamento comercial dos Estados Unidos começaram a perceber que estes “investimentos” eram mais rentáveis do que investir diretamente na produção bruta industrial (RODRIGUES; JURGENFELD, 2019).

2.1 Era Collor

Logo no início da chamada Nova República, tendo como o primeiro presidente eleito na década de 1990, assume a figura emblemática de Fernando Collor de Mello (1990-1992), um presidente com ideais e planejamentos liberais que colocavam em risco as empresas nacionais.

Collor (1990-1992), com base na então e recém criada Lei N° 8.031, de 12 de abril de 1990, dá prosseguimento no I Plano Nacional de Desestatização (I PND), quando iniciou as privatizações das diversas Estatais de setores importantes da economia Brasileira, como as subsidiárias da Petrobras de fertilizantes controladas pela Petrofértil (ROMÃO, 2001) sobrando apenas a Nitrofértil.

Estes processos de privatizações feitos durante o começo do governo Collor (1990-1992), mostraram a verdadeira cara e planejamentos do governo para a indústria nacional, que era de sucateamento das empresas estatais em prol de um movimento de enriquecimento das empresas privadas externas.

As privatizações e planejamentos para concluir tais ações do governo Collor (1990-1992) eram embasadas em pressupostos de corrupção dentro da Estatal, e de que a Petrobras

deveria passar por uma renovação no seu quadro de funcionários, de acordo com Romão (2001, pag.206):

Collor, a partir do álibi de caça aos marajás, elege os trabalhadores, suas conquistas e seus salários, como vilões da crise do país, criando um clima propício ao arrocho salarial, à desregulamentação de direitos trabalhistas, e à privatização das estatais.

O Plano Collor falha demasiadamente, Collor (1990-1992) sonhando em participar do grupo dos países mais ricos do mundo, organiza suas políticas ultraliberais para impor o sucateamento das empresas estatais importantes para a nossa economia, mostrando assim um entreguismo do governo em relação ao capital externo privado, concedendo parte do nosso corpo industrial às multinacionais (ANTUNES, 2005).

As políticas de Collor (1990-1992) ficam cada vez mais claras sobre as práticas de entreguismo do corpo petrolífero nacional. De acordo com Paduan (2016, pag.69):

...seu governo é apontado por funcionários e ex-funcionários da Petrobras como a ‘primeira grande tentativa de assalto’ à estatal, por dois motivos: 1) foi uma ação orquestrada para saquear várias áreas da companhia; 2) foi executada por um grupo de pessoas ligado ao governo em conluio com funcionários — apesar de ser abortada pela saída prematura do presidente Collor.

Durante o período de governo de Fernando Collor (1990-1992), houve um crescimento do número de demissões dos trabalhadores da Estatal, principalmente os trabalhadores do chão de fábrica. Os sindicalistas lutavam pelos direitos trabalhistas e pela defesa de que a estatal continuasse sendo do Estado.

Segundo Silva (2005, p.65), ‘[...] os trabalhadores foram atingidos pelo desemprego crescente, devido à falência de empresas e à privatização de estatais, decorrente da política neoliberal adotada por Collor.’

Collor (1990-1992) precocemente sofre um processo de impeachment, e o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência do país. Com Itamar Franco no poder, as novas políticas do governo fora de certo modo bastante inexpressivas em relação ao modo de comandar a estatal (ROMÃO, 2001). No ano em que Itamar Franco (1992-1995) toma posse, a Petrobras sofre sua primeira e grande crise financeira (PADUAN, 2016).

Tabela 3: Privatizações do Regime Collor (1990-1992)

Estatual Privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Companhia Petroquímica do Sul (Copesul)	1.112,40
Petroflex Ind. E Com. S.A.	234,1
Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil)	182
Polisul Petroquímica S.A.	56,8
Companhia Industrial de Polipropileno (PPH)	59,4
Goiás Fertilizantes S.A. (Goiasfértil)	13

Fonte: Adaptado RODRIGUES; JURGENFELD (2016) apud Programa...(1992, 1993.)

Ficou claro na tabela acima, que as privatizações feitas no regime de Collor, apesar de ter um curto governo foram bastante danosas para a economia nacional e também para o início do desmembramento da Petrobras, partindo principalmente da área química.

2.2 Era Itamar Franco

Itamar Franco (1992-1995) ainda seguia os pressupostos liberais do seu antecessor, mas andava a passos lentos. Mesmo com a mudança na gestão presidencial do país e da Petrobras, havia ainda vestígios de corrupção.

Durante o regime de governo de Itamar Franco (1992-1995), a figura de Joel Rennó na gerência da Estatal era quem comandava a empresa. De acordo com depoimentos do senador Delcídio do Amaral (MS), o regime de Itamar Franco (1992-1995) continuou compactuando com corrupção e empreitadas de enriquecimento pessoal e de fortalecimento das grandes empresas privadas (RICHARD, 2016).

As grandes mídias de notícias, principalmente os jornais das maiores capitais do Brasil, olhavam as privatizações da Estatal com bons olhos, já que para boa parte dos jornalistas dos maiores meios de comunicação nacional, a privatização das estatais seria seguida de sucesso empresarial, desconsiderando o fato de que a nação passaria a depender de recursos essenciais, esses que estariam nas mãos das grandes empresas privadas (FONSECA, 2004).

Tabela 4: Privatizações Durante o governo de Itamar Franco (1992-1995)

Estatual Vendida	Valor da venda da empresa (em US\$ milhões)
Petroquímica União S.A	287,53
Ultrafertil -Ind. e Com. de Fertilizantes S/A.	210,5
Oxiten S.A. Ind. e Com	53,9
Politeno Indústria e Comércio S.A	44,87
Ciquini - Companhia Petroquímica	23,69
Polialden Petroquímica	16,73
Arafertil S.A.	10,76

Fonte: Adaptado de RODRIGUES; JURGENFELD, 2019.

Apesar do regime de Itamar Franco ter sido breve, enquanto esteve no poder promoveu uma continuação das privatizações nos campos da Petroquímica na Petrobras, como evidenciado na tabela acima, ficou claro que houve um movimento de entreguismo industrial nacional nas privatizações feitas durante seu governo.

2.3 Era Fernando Henrique Cardoso

Passado o mandato presidencial de Itamar Franco (1992-1995), assume como presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) com um tom de governo mais voltado para privatizações de forma acelerada. De acordo com Rodrigues e Jurgenfeld (2019, p.396):

No governo FHC, houve o acirramento da abertura econômica, uma perda ainda maior de autonomia por parte do Estado com os desdobramentos do Plano Brady⁵, a estabilização de preços com a implementação do Plano Real, que havia sido elaborado ainda no governo de Itamar, e o avanço das privatizações por meio do II Plano Nacional de Desestatização (II PND).

Para Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a Petrobras era vista como um empecilho na economia Estatal. Seu posicionamento a favor da privatização da empresa era notório. Tal posicionamento era bastante ovacionado por políticos ultraliberais da época, já que tinha uma imagem negativa da gigante Estatal Brasileira (DA SILVA; DE FREITAS, 2016).

Durante o governo de FHC (1995-2003), houve uma enorme adequação dos setores Estatais para se alinhar às diretrizes neoliberais. Um exemplo claro disso foi a subsidiária do ramo da Petroquímica, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), que teve redução de

⁵ A ideia do plano Brady era aumentar a entrada de recursos estrangeiros nos Países em desenvolvimento, além de facilitar e dar suporte aos investimentos nos países que aderissem ao plano.

estoques, da folha salarial dos empregados e diversos cortes com despesas técnicas para a manutenção da empresa (ROMÃO, 2001).

Tais cortes nas mais diversas camadas dos setores da Estatal, era reforçado pelo argumento da alta gerência de que se havia um alto efetivo e precisaria de uma drástica redução do contingente humano na FAFEN. Segundo Romão (2001, p.8), “A todas essas ações somava-se o discurso diuturno das gerências sobre a necessidade de redução de pessoal. Muitas eram as reuniões, gráficos e dados explicativos. Estava instalado o terrorismo psicológico.”

As privatizações das Estatais feitas durante o governo de FHC (1995-2003), principalmente aquelas que cuidavam do petróleo no País, foram embasadas pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Essa lei foi um marco na década de 1990, já que ela abriu um caminho para o setor da iniciativa privada participar das diversas matrizes energéticas no Brasil (BONELLI, 2003).

A descoberta na Bacia de Campos trouxe bastante atenção dos olhos das grandes corporações estrangeiras, principalmente após o descobrimento de que na mesma havia uma enorme reserva submarina de petróleo, e infelizmente é aqui onde começa mais um assalto na grande Estatal Brasileira.

A Petrobras precisava aplicar 5 bilhões de reais em pesquisa e exploração nessa área do campo de Marlim. Recorreu aos “sócios” e eles emprestaram 140 milhões de reais, junto com o empréstimo feito pelo BNDES de 60 milhões de reais. Os “sócios” terão direito de 30% dos lucros, sendo que o valor investido por eles não equivale a um terço dos 5 bilhões gastos (BIONDI, 2014).

Para Biondi (2014, pag.56):

Parece incrível, mas é verdade: com base na nova lei, a Petrobrás foi obrigada a entregar todos os estudos e relatórios de pesquisas que ela fez sobre as possíveis jazidas de petróleo no Brasil. Estudos e pesquisas de décadas, que custaram dezenas e dezenas de bilhões de reais à Petrobrás... apenas 300mil reais por todo o “pacote” de pesquisas que custaram bilhões de reais ao Brasil...

As aberturas de licitações para a compra de pesquisas e explorações nas mais diversas camadas da Estatal brasileira, só mostra como FHC estava fomentando o sucateamento da Petrobras, colocando como um dos principais fatores os lucros dos sócios/acionistas privados em detrimento do desenvolvimento nacional, principalmente após a “Lei do Petróleo” (Lei nº9748, de agosto de 1997). Conforme na tabela a seguir, fica claro que o caminho seguido no

primeiro mandato de FHC, também foi um caminho de alinhamento aos interesses privados em detrimento do interesse nacional da Petrobras.

Tabela 5: Privatizações Feitas durante o primeiro mandato de FHC (1995-2003)

Estatual Vendida	Valor da venda da empresa (em US\$ milhões)
Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene)	270,444
Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC)	99,564
Polipropileno S.A.	81,2
Nitrocarbono S.A.	29,55
Deten Química S.A.	12,1
Companhia Química do Recôncavo (CQR)	1,708

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Jurgenfeld, 2019.

Com a entrada em vigor da “Lei do Petróleo”, a Agência Nacional do Petróleo (criada em 1998) ficou responsável por promover leilões e licitações de vendas para empresas privadas, principalmente das vendas voltadas para os blocos de petróleo e gás natural. Com isso, a Petrobras tornou-se uma empresa como qualquer outra nacionalmente, perdendo bastante dos seus privilégios em relação às multinacionais (RIBEIRO, 2014).

Durante boa parte da década 1990, principalmente durante o início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), houve venda de diversas Estatais. Uma multinacional só tem interesse em se estabelecer num país, se o país oferecer vantagens, como mão de obra barata (RIBEIRO, 2010).

A Lei do Petróleo não só abriu uma grande margem para as empresas estrangeiras atuarem na região do Brasil, como também enfraqueceu internacionalmente o Brasil, como o caso da extinta subsidiária da Petrobras, a Petrobrás Comércio Internacional (Interbrás) que atuava nos assuntos relacionados ao comércio externo petrolífero, e perdeu bastante prestígio no comércio internacional (FERREIRA, 2020).

Para embasar o seu discurso entreguista, o governo de Fernando Henrique Cardoso alegava que a Petrobras não tinha capacidade de autogerenciamento, ou seja, em sua visão, a Petrobras não passava de um problema na estrutura econômica do Estado, já que para ele, a privatização da Estatal era vital para sobreviver no mercado.

De acordo com Arêas (2017, p.17):

O governo Fernando Henrique Cardoso empenhou-se em alterar a Constituição e abolir o monopólio estatal da exploração do petróleo. Em favor dessa alteração,

argumentava-se que a abertura do setor implicaria em mais investimentos no país de empresas nacionais e estrangeiras. Além disso, ressaltava-se que a Petrobrás não tinha recursos para operar sozinha em todo o país e que a competição a obrigaria a aprimorar seu gerenciamento.

No Final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), grande parte das bacias de exploração e transporte de petróleo da rede nacional do Brasil foram vendidas para empresas privadas nacionais e estrangeiras, mostrando que as políticas de FHC eram entreguistas, conforme a tabela a seguir:

Tabela 6: Tabela de privatizações no segundo mandato de FHC (1995-2003)

Bloco	Empresa Compradora	Valor da venda (em R\$ milhões)
BM-S-10 (Santos)	British Gas (25%)/Chevron (25%)	50.997,516
BM-S-7 (Santos)	Chevron (65%)	43.962,770
BM-S-8 (Santos)	Chevron (40%)/Petrogal (10%)	25.725,027
BM-SEAL-4 (Sergipe-Alagoas)	Amereda Hess (40%)	9.456,128
BM-PAMA-1 (Paraná)	Coastal (50%)/PanCanadian (50%)	9.225,077
BM-SEAL-5 (Sergipe-Alagoas)	Amereda Hess (85%)/ Odebrecht (15%)	9.000,366
BM-C-10 (Campos)	Shell (100%)	6.516,016
BM-CAL-4 (Camamu-Almada)	Coastal (100%)	2.214,556
BT-REC-1 (Recôncavo)	Queiroz Galvão (60%)	1.332,000

Fonte: Adaptado da ANP, Licitação de blocos,2001.

2.4 Era Lula

No início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Petrobras já havia se tornado a maior empresa do ramo de petróleo brasileira. Apesar dos diversos problemas administrativos, como as vendas de vários blocos de prospecção de petróleo (ANP,2001), a gigante brasileira havia se tornado a 15º maior empresa do setor de petróleo no mundo (DIAS; DE SIQUEIRA, 2020).

Vale ressaltar que no início dos anos 2000, surgem em diversas camadas da sociedade, pedidos de transparência nas ações da Petrobras. Os chamados balanços sociais⁶ são onde as

⁶ O Balanço social é um produto da Contabilidade Social publicado anualmente pela empresa que procura demonstrar aos interessados um conjunto de informações relacionadas aos projetos ambientais e ações sociais.

empresas mostram a sua utilidade na sociedade, como no caso da Petrobras que é parte fundamental da economia, ou seja, houve uma pressão social sobre os acionistas.

De acordo com Dias e Siqueira (2020, pag.1):

Com o passar do tempo, se percebeu o crescimento de movimentos sociais no seio da população cobrando melhores condições de trabalho, respeito ao meio ambiente, redução das desigualdades sociais e raciais, dentre outras mudanças, o que fez com que as organizações passassem a dar maior importância para estes fatores até pouco tempo menosprezados.

No âmbito da política externa, houve uma mudança notável entre a transição do governo de FHC (1995-2002) para o governo de Lula (2003-2010). A política externa brasileira intensificou a sua relação com países em desenvolvimento, como a as relações com a África. Isso abriu margem para a instalação de diversos setores da Petrobras na região Africana (COUTINHO; DA SILVEIRA STEFFENS; VIEIRA, 2014).

As vendas das licitações promovidas pela ANP durante o governo Lula (2003-2010), passou por um pente fino, principalmente das plataformas P-51 (RJ) e P-52(RJ), que foram motivo de várias críticas do governo de Lula, já que em sua concepção, a venda das plataformas só iria beneficiar empresas estrangeiras que iriam atuar naquela região.

Conforme diz Ribeiro e Novaes (2014, p.42):

Após o início do governo Lula, a política de compras da Petrobras começou a ser contestada.[...] O processo iniciado em setembro de 2002 era alvo de críticas do então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, o qual afirmava que a operadora nacional privilegiava empresas localizadas fora do país em suas encomendas em detrimento das empresas locais.

Um marco interessante para se constatar foi a criação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp). Esse programa tinha como um dos seus principais focos estruturais o desenvolvimento de participações da indústria nacional com enfoque na competição e sustentabilidade, que era um dos principais interesses do governo para a expansão industrial nacional (SCHUTTE,2021).

Em 2004, houve uma grande mudança no panorama internacional, principalmente nos chamados países “emergentes”, pois as empresas da América Latina começaram a ter uma maior participação no mercado internacional, já que iniciou o processo das chamadas multilaterais, que atuavam com força no exterior, como o caso da Petrobras nas relações com o continente Africano (DALLA COSTA, 2017).

A instalação da Petrobras no continente africano tinha como seu principal foco as reservas offshore ⁷de petróleo (COUTINHO; DA SILVEIRA STEFFENS; VIEIRA, 2014). Essa inserção de forma logística no continente africano, abriu portas para uma aproximação entre Brasil e Nigéria, principalmente com a Petrobras investindo em projetos de Agbani e Akpo -Campos de Petróleo da Nigéria- com início de suas atividades para prospecção em 2008 (PETROBRAS, 2007).

Essa associação do Brasil com países africanos, foi bastante benéfica para ambos os lados, principalmente na relação do Brasil com África do Sul, nas questões de exportações e contratos petrolíferos para a Petrobras, abrindo caminho para o Brasil investir em equipamentos e infraestrutura para prospecção de petróleo naquela região (VISENTINI, 2010).

Apesar do discurso mais nacionalista do governo Lula (2003-2010), principalmente em defesa da Petrobras, para muitos estudiosos esse discurso era contraditório, já que ao mesmo tempo em que o presidente falava como se a Petrobras fosse uma empresa controlada pelo governo, também afirmava que ela tinha o direito de tomar suas decisões.

Conforme diz Santos (2009, p.133):

[...] se nota algunos trazos de ambigüedad en los discursos del presidente, quien al mismo tiempo que afirma que su gobierno concuerda con ciertas decisiones de Petrobras, también afirma que Petrobras no es una empresa del gobierno y tiene el derecho de tomar sus propias decisiones.

Ainda no campo internacional, as relações internacionais do governo brasileiro no final do primeiro mandato de Lula (2003-2006) foram voltadas para a América do Sul, especialmente para a Bolívia, onde em 2006 a Petrobrás investiu cerca de 63 milhões de dólares. Do montante total, 2 milhões eram para prospecção e 61 milhões de dólares eram para exploração e pesquisa (VOIGT; DA SILVA, 2010).

Apesar do fortalecimento da imagem do Brasil, principalmente nas relações Sul-Sul, com o Estado brasileiro dando como prioridade os países de economia ditas “emergentes”, e com um governo em defesa da Petrobras, as vendas de diversas bacias e campos de petróleo ainda ocorriam na estatal brasileira, apesar desses campos serem considerados marginalizados⁸ pelo governo, de acordo com a tabela a seguir:

⁷ Uma construção petrolífera offshore são as estruturas localizadas em alto mar. Elas atuam para a extração de petróleo no oceano e são muito utilizadas em oceanos profundos, com reservas abundantes de petróleo e geralmente afastadas do continente.

⁸ Campos marginais podem ser definidos como aqueles que não estão mais no auge da sua viabilidade econômica.

Tabela 7: Tabela de venda no último ano do primeiro mandato de Lula (2006)

Bacia sedimentar	Campo	Empresas vencedores e suas participações (%)	Valor da venda (R\$)
Recôncavo	Araçás Leste	Egesa Engenharia (100%)	401.011,00
Recôncavo	Rio Una	Sinalmig (100%)	51.233,00
Recôncavo	Bom Lugar	Construtora Pioneira (100%)	50.000,00
Recôncavo	Jacarandá	Alcom (100%)	279.999,00
Camamu-Almada	Jiribatuba	Construtora Pioneira (100%)	104.200,00
Camamu-Almada	Morro do Barro	ERG (70%) e Panergy (30%)	710.999,00
Sergipe-Alagoas	Cidade de Aracaju	Construtora Pioneira (100%)	106.200,00
Sergipe-Alagoas	Tigre	Severo & Vilares (100%)	200.000,00
Sergipe-Alagoas	Carapitanga	Silver Marlin (100%)	207.000,00
Sergipe-Alagoas	Cidade de Pirambu	C Foster (100%)	10.000,00

Fonte: Adaptado da ANP, Licitação de blocos 2005.

No segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), a cooperação com países em desenvolvimento continuou a se intensificar, principalmente com os países africanos. Vale destacar que ainda no começo do segundo mandato de Lula, as relações com a Bolívia foram conflitantes, já que o presidente eleito boliviano Evo Morales, iniciou um processo de nacionalização do petróleo e isso atingiu setores da Petrobras naquele país (FUSER, 2011).

Ainda no contexto da nacionalização dos hidrocarbonetos que foi implementada durante o governo de Evo Morales na Bolívia, o governo brasileiro foi bastante criticado pela grande mídia brasileira, já que o Brasil não assumiu um viés protecionista em relação a Petrobras, mas sim, aceitou de forma enfática e direta as decisões de Evo Morales (SARAIVA, 2007).

Outro ponto marcante no período do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foi a descoberta do pré-sal, que para muitos, foi a maior descoberta brasileira de todos os tempos. Apesar de ter sido descoberto em 2006, apenas no segundo mandato do governo Lula foi que se iniciaram os processos para a sua exploração.

O presidente Lula demonstrou certo protecionismo quando retirou no ano de 2007, 41 blocos do pré-sal que seriam comercializados nas rodadas de licitação da ANP (NARCISO, 2019). Isso mostra um interesse estratégico por parte do governo Lula em não negociar determinados campos petrolíferos.

No ano de 2008, no segundo mandato do governo petista, o presidente Lula decide formar a comissão interministerial para criar um novo tipo de legislação a respeito do petróleo, mas principalmente voltada para interesses de proteção e resguardar os campos do pré-sal que eram vistos por empresas estrangeiras com muito interesse (GONÇALVES, 2020).

Com o fim de instituir leis que iriam reger as diretrizes e regulações para o caso específico do pré-sal, em 2009 surge o novo marco regulatório, que tinha como base a partilha na produção nos campos do pré-sal, que o governo Lula considerava de extrema necessidade para a nação brasileira, necessidade essa que estava intrinsecamente ligada a questões vitais da economia.

Conforme diz Narciso (2019, p.79):

O primeiro desses projetos, também o mais importante deles, é o PL 5.938/2009, que visava instituir o regime de partilha de produção para as áreas do pré-sal, consideradas estratégicas. O segundo PL, o 5.939/2009, fundaria uma nova empresa pública, a PETROSAL S.A, cuja função seria a de, sem assumir atividades exploratórias ou riscos de investimento, representar os interesses da União em todos os consórcios formados. [...] O terceiro projeto de lei, o PL 5.940/2009, ficou conhecido como o projeto do fundo social 11, o qual direcionava a maior parte dos recursos públicos provenientes do pré-sal para uma poupança de longo prazo orientada por dois objetivos. [...] Por fim, o PL 5941/2009, estabelecia a prerrogativa de a União ceder diretamente a Petrobrás o direito de exploração sobre os campos que não ultrapassassem os cinco bilhões de barris recuperáveis.

A descoberta do pré-sal pelo Brasil e todo o seu processo para instaurar leis para a produção e exploração de seus campos, colocou o Brasil como um dos principais atores internacionais no âmbito da economia mundial, atribuindo assim ao Brasil durante o governo Lula uma participação especial no seleto grupo de países produtores de petróleo (LUCENA; LUCENA; PREVITALI, 2016).

O pré-sal motivou a criação do marco regulatório, a lei nº 12.351/2010, que previa as questões da partilha, e que também sancionou a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. Essa criação da lei nº 12.351/2010 foi uma forma do governo não perder completamente o poder sobre esse elemento fundamental para a economia brasileira.

De acordo com Ribeiro e Novaes (2014, p.45) “No modelo de partilha, parte ou totalidade do petróleo produzido nos poços brasileiros fica nas mãos do governo, enquanto as petrolíferas são remuneradas pelo serviço e recebem um adicional em petróleo.”

Durante todo o tempo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Petrobras foi usada como uma poderosa ferramenta de política industrial, a política de conteúdo local atuou principalmente junto da subsidiária da Petrobras, a Transpetro, em setores de locação e

compra de novos navios petroleiros para fortalecer a indústria naval brasileira, já que a indústria naval nacional estava esquecida por outros governos (ALMEIDA; LIMA-DE-OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2014). Essa política de conteúdo local era baseada na economia nacional e não na economia internacional.

2.5 Era Dilma Rousseff

Em 2011, os planos de governo Dilma Rousseff (2011-2016) focaram bastante o conteúdo local, principalmente dando grande ênfase à criação e à produção em solo brasileiro de plataformas, de navios e de sondas que são usados pela Petrobras, fazendo assim o Brasil ser menos dependente internacionalmente dessas ferramentas (SCHUTTE, 2016). Em um plano industrial mais retraído, o governo Dilma Rousseff (2011-2016) não conseguiu aprimorar a competitividade da Petrobras no âmbito internacional (ZENI, 2016), diferente do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), em 2013, o interesse internacional das grandes nações principalmente dos Estados Unidos, fica claro com as denúncias de Edward Snowden⁹ sobre espionagens em diversos setores do Brasil, com foco na Petrobras, mostrando assim a Estatal como um objeto de grande interesse estrangeiro (ZENI, 2016).

O escândalo de espionagem por parte dos Estados Unidos trouxe uma grande preocupação a respeito da segurança nacional. Os setores energéticos do Brasil estavam sendo monitorados por uma nação estrangeira com grande interesse em obter informações sobre as áreas do pré-sal que são um ponto vital econômico do Brasil.

Quando a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) tentou prosseguir com o nacionalismo energético (criação nacional de ferramentas para exploração de petróleo), logo em seguida Dilma Rousseff sofre um *impeachment* (COSTA PINTO, 2020) com base em argumentos de pedaladas fiscais, sendo que Michel Temer (2016-2019), após assumir a presidência da república, sanciona a Lei 13.332/16 que permite maior flexibilidade econômica ao presidente da república.

⁹ Edward Joseph Snowden é um analista de sistemas, ex-administrador de sistemas da CIA e ex-contratado da NSA que tornou públicos detalhes de vários programas que constituem o sistema de vigilância e espionagem global da NSA americana.

Logo nota-se que o governo de Dilma Rousseff buscou investir no desenvolvimento de ferramentas nacionais para exploração e pesquisas nas bacias de petróleo, dando grande foco especialmente em plataformas de exploração marítima de petróleo, as chamadas construções petrolíferas offshore.

Percebe-se uma grande mudança na transição dos governos de Collor, Itamar Franco e FHC para o Lula e Dilma, principalmente nos assuntos relacionados às políticas de inclusão da Petrobras como um instrumento ativo do Estado na economia brasileira. Tal mudança é notada nos setores sociais, já que a criação de programas que utilizam recursos do pré-sal beneficiaria as camadas sociais mais pobres (NARCISO, 2019).

3 CONSEQUÊNCIAS DO DESMONTE DO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO A PARTIR DE 2016

Os interesses das grandes corporações privadas nos setores de petróleo e gás no Brasil aumentaram de forma significativa, principalmente após uma série de privatizações e de abertura comercial de formas exacerbadas pelo governo de Fernando Collor de Mello nos anos 1990.

O interesse das empresas privadas externa como interna, foram elevadas com a criação de leis como a Lei N° 8.031, de 12 de abril de 1990 que permitiam a entrada dessas empresas privadas no mercado brasileiro, principalmente nos campos de exploração de petróleo (ROMÃO, 2001).

Durante toda a década de 1990, houve a participação de empresas privadas no setor petrolífero brasileiro, principalmente em setores de petroquímica, como as vendas da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) vendida por US\$1.112,40 durante o governo de Collor, Petroquímica União S.A., vendida por US\$287,53 milhões no governo de Itamar Franco e a venda da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene) por US\$270,444 milhões, no governo de FHC (RODRIGUES; JURGENFELD, 2019).

As aquisições dessas empresas estatais por entidades privadas, demonstra um forte interesse em dominar esta área, já que a parte da petroquímica de uma empresa de petróleo é uma das atividades mais lucrativas e menos arriscadas do mercado, tendo em vista que ela não consiste em investimentos de pesquisa em exploração de petróleo.

Grande foi a disposição também em adquirir importantes parques industriais do setor da petroquímica. Isso reflete numa futura dependência do mercado brasileiro em relação ao produto mais consumido no país, o combustível, já que é o setor da petroquímica que envolve todo o processo de refino e transformação do petróleo cru em combustível para os veículos.

Outra grande área da estatal que era do interesse privado e que o Estado vendeu a instituições privadas, foi o caso das subsidiárias da Nitrofertil. Após as privatizações ocorreram diversas queixas de quebras de direitos trabalhistas (ROMÃO, 2001).

Como o Brasil é um dos países mais exportadores no seguimento do agronegócio, as privatizações das subsidiárias da Nitrofertil surgiram como um prato cheio para as instituições privadas aplicarem suas lógicas mercadológicas em prol do alto lucro, em detrimento do bem-

estar social dos seus trabalhadores e colaboradores. Uma política estratégica do governo seria, através da Nitrofertil, controlar a cadeia produtiva de adubos derivados de petróleo para fornecer ao setor do agronegócio. No entanto, essa estratégia foi abandonada e o setor foi entregue à iniciativa privada.

Com a chegada da década de 2000, e com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, os interesses das grandes corporações ainda se mantiveram bastante otimistas em relação a obterem vantagens nas áreas petrolíferas do Brasil. Houve acordos que beneficiaram a iniciativa privada, porém com um panorama diferente.

A mudança no quesito de tratamento surge logo nas aquisições dos campos de prospecção de petróleo espalhados pelo território brasileiro, já que durante o governo de Lula (2003-2010) passaram por um pente fino, e passou-se a vender mais bacias petrolíferas que já foram usadas pelas Petrobras e seriam quase inutilizadas ou com baixa capacidade de produção (ANP,2005).

Apesar das vendas desses campos sem uso pela Petrobras no governo Lula (2003-2011), houve críticas de alguns setores da sociedade, já que para muitos especialistas, se as empresas privadas compravam os blocos para produção de petróleo era porque ainda serviria de alguma forma para extração de mais riquezas (RIBEIRO; NOVAES, 2014). A descoberta do pré-sal em 2007 foi um marco importante na história do petróleo brasileiro. Os interesses privados foram bastante notórios para adquirir tais reservas, mas o governo conseguiu controlar e com isso restaurou o nacionalismo energético (COSTA PINTO, 2020).

O interesse dos Estados Unidos fica notável na região brasileira, principalmente com o descobrimento do Pré-sal no período de Lula, com a ativação da quarta frota marítima que toda a costa Brasileira passou a ser ‘vigiada’ por uma potência imperialista (GONZALEZ, 2014), com o pretexto de estar na região apenas por proteção marítima.

É válido destacar que a mídia brasileira esteve contra os interesses nacionais da Estatal brasileira. Os grandes meios de comunicação sempre criticaram o gerenciamento da Petrobras pelo governo do Brasil, salientando sempre que possível uma transferência do controle Estatal para o controle de instituições privadas (CARVALHO JR, 2005).

3.1 Era Michel Temer

Após o golpe de 2016 sofrido pela presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), inicia-se a ascensão do presidente Michel Temer (2016-2019). Logo, nota-se um processo de desinvestimentos na Petrobras, principalmente nos setores de refino, biocombustíveis e distribuição (BARBOSA, 2020). Essa nova agenda política pode ser caracterizada como a de um governo entreguista.

No mesmo ano de 2016, surge novamente diversas denúncias (apesar de terem sido vazadas em 2010) a respeito de José Serra (PSDB/SP) sobre um esquema de entreguismo do petróleo nacional para as grandes corporações privadas internacionais, como no caso da Chevron (ROCHA, 2010), que sempre teve interesse em comprar bacias a baixo custo no país.

No início do governo do presidente Michel Temer (2016-2019), percebe-se também uma drástica mudança no tratamento da partilha do pré-sal, principalmente com a entrada agressiva de empresas privadas como a Shell nas bacias de Santos e de Campos (ANP/SPL, 2017), que foram bacias expressivas e com um alto grau de retorno financeiro.

Tabela 8: 2ª Licitação de partilha de produção pré-sal (2017)

Bacia sedimentar	Setor	Bloco	Participações	Bônus de assinatura (em R\$)
Santos	SS-AUP2	Entorno de Sapinhoá	Petrobras (45%) / Repsol Sinopec (25%) / Shell Brasil (30%)	200.000.000
Santos	SS-AUP2	Norte de Carcará	Statoil Brasil O&G (40%) / Petrogal Brasil (20%) / ExxonMobil Brasil (40%)	3.000.000.000
Santos	SS-AUP2	Sul de Gato do Mato	Shell Brasil (80%) / Total E&p do Brasil (20%)	100.000.000

Fonte: Adaptado, ANP/SPL, 2017).

Estas vendas mostradas na Tabela 8, foram promovidas de forma precoce e para empresas estrangeiras por um preço baixo se comparado ao preço do mercado em geral, tais vendas demonstraram a real função da Petrobras para o governo de Temer, que era de sucateamento da Estatal e enriquecimento privado.

Logo após o governo de Michel Temer ter tratado da segunda licitação de partilha do pré-sal, inicia-se o processo da terceira licitação para a partilha de produção no pré-sal ainda no

ano de 2017, mostrando com exata clareza as reais intenções do governo em relação ao interesse entreguista das bacias sedimentares brasileiras em agir com pressa.

Estas vendas mostradas acima, foram promovidas de forma precoce e para empresas estrangeiras por um preço baixo se comparado ao preço do mercado em geral, tais vendas demonstraram a real função da Petrobras para o governo de Temer, que era de sucateamento da Estatal e enriquecimento privado.

Logo após o governo de Michel Temer ter tratado da segunda licitação de partilha do pré-sal, inicia-se o processo da terceira licitação para a partilha de produção no pré-sal ainda no ano de 2017, mostrando com exata clareza as reais intenções do governo em relação ao interesse entreguista das bacias sedimentares brasileiras em agir com pressa.

Tabela 9: 3ª Licitação de partilha de produção pré-sal (2017)

Bacia sedimentar	Setor	Bloco	Participações	Bônus de assinatura (em R\$)
Campos	SC-AP5	Alto de Cabo Frio Central	Petrobras (50%) / BP Energy (50%)	500.000.000
Santos	SC-AP1	Alto de Cabo Frio Oeste	Shell Brasil (55%) / CNOOC Petroleum (20%) / QPI Brasil (25%)	350.000.000
Santos	SS-AUP1	Peroba	Petrobras (40%) / CNODC Brasil (20%) / BP Energy (40%)	2.000.000.000

Fonte: Adaptado, ANP/SPL, 2017).

As vendas exibidas na Tabela 9 demonstram o forte interesse das multinacionais no pré-sal. Vale salientar que ainda no governo de Michel Temer, a Petrobras se tornou uma empresa secundária no âmbito exploratório e de produção nacional do pré-sal, já que houve uma entrada massiva de empresas estrangeiras como Exxon Mobil, Shell, BP e Chevron nesse setor (REUTERS, 2018).

Até o seguinte ano de 2018, cerca de 72% de todos os recursos provenientes do pré-sal foram comprados por empresas privadas estrangeiras. Em seguida, houve uma grande participação de empresas estrangeiras originárias da China, dos EUA e do Reino Unido em atividades petrolíferas nacionais, onde antes era de controle estatal, passou para o controle privado externo (DE MENDONÇA; ABRÃO, 2020).

As políticas de desinvestimentos do governo de Michel Temer (2016-2019) tiveram início com a nomeação de Pedro Parente como presidente da Petrobras em 2016. Essas políticas tiveram continuidade no governo Jair Bolsonaro (2019-...). A política de esvaziamento nas áreas de distribuição, biocombustível e refino na Petrobras ganhou cada vez mais força no governo Bolsonaro (BARBOSA,2020). Pedro Parente, como presidente da Petrobras, governou durante todo o regime de Michel Temer com políticas de preços baseados no deterioramento da Petrobras, importando cada vez mais petróleo cru dos Estados Unidos (AEPET, s.d), criando uma interdependência nacional com sua política de “America First!”.

O governo de Michel Temer não hesitou em acabar com a política de conteúdo local promovidas pelo governo de Lula e Dilma, criando assim novas políticas que fossem mais benéficas para os agentes privados em oposição ao interesse nacional, principalmente das classes trabalhadoras que dependiam diretamente dos investimentos nacionais.

3.2. Era Jair Bolsonaro

No governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-...), a lógica de favorecimento das empresas internacionais se manteve. Os planos estratégicos de 2019-2023 previram um maior investimento nas áreas de exploração e de produção, e as empresas estrangeiras seriam as mais beneficiadas, em detrimento da Petrobras.

Segundo Schutte (2019, p. 219), “[...] apesar do PNG 2019-2023 prever um nível de investimento superior ao anterior, a lógica continua sendo a de manter a Petrobras com um tamanho que não atrapalhe a exploração e produção pelos grandes players internacionais.” As políticas implementadas por Jair Bolsonaro (2019-...) no direcionamento da Petrobras são com base nos ganhos no curto prazo e nos lucros dos acionistas. Isso mudou toda a lógica da gestão da Petrobras (BARBOSA, 2020), que foi criada para atender as necessidades do povo brasileiro e não ao interesse privado.

Com as novas medidas tomadas pelo atual governo de Jair Bolsonaro (2019-...), houve um grande recuo da Petrobras em administrar e ser detentora dos recursos do pré-sal e seus campos exploratórios, ocasionando assim um forte impacto econômico em empresas de pequeno e médio porte que dependem dos seus recursos (DE PAULA; MOURA, 2021).

Conforme a tabela a seguir, ficou evidente que as políticas de vendas das bacias sedimentares da Petrobras por parte do Governo atual, ainda no primeiro ano de governo, foram demasiadamente agressivas.

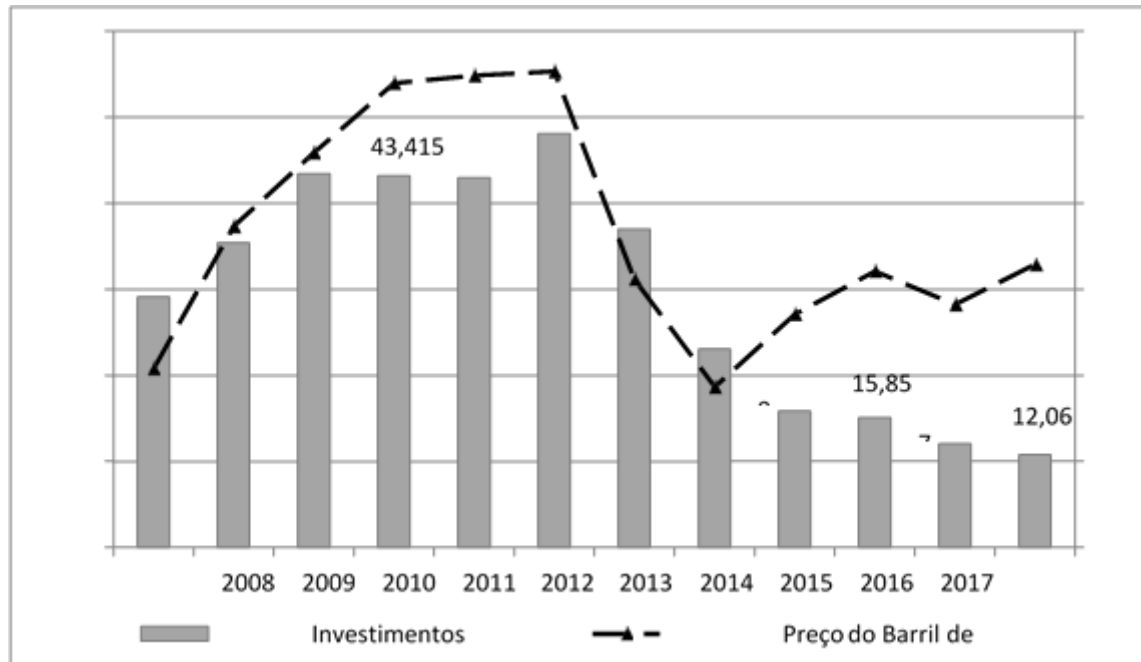
Tabela 10: Resultado das Licitações do 1º Ciclo da Oferta Permanente (2019)

Bloco	Empresa Compradora	Bônus de Assinatura (R\$)
PN-T-102A (Parnaíba)	Eneval (100%)	530.274,58
PN-T-47 (Parnaíba)	Eneval (100%)	675.592,56
PN-T-48A (Parnaíba)	Eneval (100%)	363.255,76
POT-T-392 (Potiguar)	Petro-Victory (100%)	214.345,00
POT-T-432 (Potiguar)	Petro-Victory (100%)	214.345,00
REC-T-67 (Recôncavo)	Geopark Brasil (100%)	250.034,00
REC-T-110 (Recôncavo)	Petroil (50%); Oil Group (50%)	55.000,00
SEAL-M-505 (Sergipe-Alagoas)	ExxonMobil Brasil (50%)/ Murphy (20%)/Enauta Energia S/A (30%)	270.052,50
SEAL-M-575 (Sergipe-Alagoas)	ExxonMobil Brasil (50%)/Murphy (20%)/Enauta Energia S/A (30%)	311.059,50

Fonte: Adaptado da ANP, Licitação de blocos, 2021.

As políticas de desinvestimentos na Petrobras promovidas por Jair Bolsonaro ficaram nítidas com a queda vertiginosa de financiamento injetado na Petrobras seguindo os passos do governo anterior de Michel Temer, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1: Volume de Investimentos da Petrobras (milhões de US\$), 2008-2019



Fonte: DE PAULA; MOURA apud PETROBRAS; INDEX MUNDI.

Ainda no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-...), houve um aumento da exportação do petróleo bruto. Isso aumentou a dependência nacional da importação de petróleo refinado, o que deixou o Brasil exposto a variáveis que não controla, como o preço internacional do petróleo (COSTA PINTO, 2020). Além disso, a redução do refino do petróleo nacional deixou de criar milhares de empregos e renda no Brasil.

Houve aumento da importação de derivados do petróleo refinado. Desde o ano de 2015, o Brasil importou 490,400 bbl/day¹⁰ e exportou cerca de 279,000 bbl/day (INDEX MUNDI, 2021), mostrando assim uma grande dependência dos produtos derivados do refino do petróleo, já que o Brasil importou mais do que exportou os insumos derivados do refino do petróleo.

No governo Bolsonaro (2019-...), o quadro de funcionários da estatal petrolífera foi afetado pelas políticas governamentais. Houve uma queda no número de funcionários de quase 2,5%, tornando-se assim o período com a menor quantidade de funcionários (RODRIGUES, 2020), exemplificando assim o desmantelamento da Petrobras.

¹⁰ Bbl/day (Barris por dia) é uma forma de unidade de medida aplicada ao petróleo líquido.

As privatizações das subsidiárias da Petrobras promovidas pelo governo atual é um grave afrontamento à soberania energética nacional. A tabela a seguir comprova o desmonte produzido pelas vendas dos principais ativos nacionais.

Tabela 11: Tabela de privatizações das subsidiárias pelo governo atual

Ativo vendido	Empresa Compradora	Valor da venda (em R\$)
Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG)	Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ)	R\$ 1,0 bilhão
Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS)	Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. (NISA)	R\$ 1,5 bilhão
Refinaria Landulpho Alves (RLAM)	Mubadala Capital (Mubadala Investment Company)	R\$ 9,1 bilhões
BR Distribuidora (34%)	Investidores estrangeiros/Investidores nacionais	R\$ 11,358 bilhões
Petrobras Biocombustível S.A. (PBio)	RP Participações em Biocombustíveis S.A	R\$ 322 milhões
Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás)	Copagaz - Distribuidora de Gás S.A/ Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. (Nacional Gás)	4,0 bilhões
Petrobras Gás S.A. (Gaspetro)	Compass Gás e Energia S.A. (Compass)	R\$ 2,03 bilhões

Fonte: Adaptado da Agência Petrobras, Site da Petrobras, 2021.

O governo Bolsonaro (2019-...) representa uma ruptura de forma massiva e agressiva contra as políticas que fortaleciam a economia do Brasil, principalmente se comparado aos governos anteriores de Lula e de Dilma. As classes sociais menos favorecidas sofrem mais com tais políticas (SCHUTTE, 2019), já que o preço do combustível está atrelado principalmente ao preço do mercado internacional.

Com tudo isso mostrado no presente capítulo, fica claro o interesse internacional em nossos recursos petrolíferos e o sucateamento da Petrobras promovido pelos governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Messias Bolsonaro (2019-...), provocando uma série

fragmentações na Petrobras, com a Estatal se tornando um coadjuvante no mercado nacional de petróleo.

As vendas das subsidiárias da Petrobras, como as privatizações da BR Distribuidora, as empresas de fertilizantes, empresas produtoras gasodutos, refinarias e de química industrial, eram partes do ecossistema verticalizado da Petrobras. Assim não se verificavam os efeitos das oscilações do preço no consumidor final, já que com a volatilidade do preço do petróleo, a Petrobras supria o valor final com os lucros noutros setores onde ela atuava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa mostrou que a Petrobras, desde sua conjuntura inicial, sofreu diversas interrupções por parte de agentes privados externos e internos em seu funcionamento para o bem-estar social. Ficou claro que durante o regime militar (1964-1985) houve uma maior interdependência de petróleo cru no país ao adotar uma agenda voltada ao refino e uma falta de inexperiência em gerenciar a Estatal por parte dos militares.

Os governos da chamada Nova República na década de 1990 representaram um marco importante no início do desmonte da Petrobras, já que foram realizadas mudanças significativas na estrutura da Estatal, com Collor e Itamar Franco sendo breves governos, porém nocivos à saúde da Petrobras com suas privatizações massivas. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 sancionada por Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), conhecida como a Lei do Petróleo, foi quando o ataque agressivo à Petrobras começou no campo do refino, retirando seu monopólio na exploração e refino de petróleo.

O sucateamento da Petrobras sofreu um revés só a partir do ano de 2003, com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) na presidência da república, colocando a Petrobras como foco principal industrial do país, com as novas aquisições de campos de petróleo passando por uma criteriosa e rigorosa avaliação, e mesmo assim eram vendidas apenas as bacias de petróleo consideradas marginalizadas pelo governo. Houve nesse período uma aproximação nas relações Sul-Sul, ajudando no fortalecimento da imagem da Petrobras internacionalmente.

Já no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o maior foco foi o fortalecimento da indústria naval nacional, com políticas nacionais voltadas para a criação de instrumentos em solo brasileiro para exploração de petróleo. Este governo deu continuidade ao anterior e fortaleceu a Petrobras como indutora do desenvolvimento nacional, gerando empregos e renda. Foi no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) que os interesses internacionais sobre a Petrobras ficaram mais claros, com as denúncias de Snowden de que os Estados Unidos espionavam a Petrobras e o pré-sal.

No período presidencial de Michel Temer (2016-2019), assim como no de Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002) as políticas entreguistas foram colocadas em prática de forma imediata, iniciando diversos desinvestimentos nos setores de biocombustíveis e de refino, bem como agilizando os processos de licitações de vendas a baixo custo para que empresas privadas como a Shell pudessem atuar no país de forma predatória.

Semelhantemente, o governo atual de Jair Messias Bolsonaro (2019-...) segue os mesmos caminhos do governo anterior ao seu, com políticas econômicas visando os ganhos dos acionistas a curto prazo e desmantelando a Petrobras, fazendo o Brasil ser dependente do petróleo refinado, já que sua agenda política favorece a exportação do petróleo cru.

O desmonte sofrido pela Petrobras a partir de 2016 se deu em prol do enriquecimento de agentes privados, provocando um estrago na economia nacional, desmantelando a cadeia produtiva que derivada da Petrobras. Os efeitos se verificaram principalmente naquelas camadas de trabalhadores que perderam seus empregos nas empresas menores que faziam parte do emaranhado de empresas fornecedoras da Petrobras e das fornecedoras das fornecedoras da Petrobras.

A decisão de atrelar o preço da gasolina ao preço de importação adotada em 2016 causou o aumento da taxa de inflação no Brasil. Também ficou claro durante a pesquisa que o interesse internacional nos recursos petrolíferos brasileiros é predatória, explícita e nociva para a nossa soberania nacional. A ativação da quarta frota marítima dos Estados Unidos durante a descoberta do pré-sal foi uma clara demonstração de interesse em dominar e espionar a região marítima do Brasil.

Inesperadamente o pesquisador deste presente trabalho encontrou dificuldade de acessar documentos sobre os governos do regime militar e sua relação na gestão da Petrobras. Talvez documentos tenham sido eliminados, deixando uma lacuna de informações sobre a relação do regime militar com a Petrobras. Ademais, por ser um tema relevante para a segurança nacional e pouco debatido no âmbito social e econômico no Brasil, o pesquisador deste trabalho recomenda que sejam feitos mais estudos sobre as privatizações da Petrobras e seus efeitos nocivos à economia brasileira e ao interesse da maioria da população, a fim de indagar as autoridades governamentais por seu descaso em relação à Petrobras.

Ademais, por ser um tema relevante na segurança nacional e pouco debatido no âmbito social e econômico do Brasil, o pesquisador deste presente trabalho recomenda que sejam feitos mais estudos sobre as privatizações da Petrobras e seus efeitos nocivos no Brasil, a fim de indagar as autoridades governamentais por seu descaso nas políticas de favorecimento da Petrobras e gerar senso crítico na sociedade da importância de termos a Petrobras como hegemônica em nosso território.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Licitação de blocos de 2001**. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2001#se_ao_3>. Acesso em: 07, julho de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Licitação de blocos de 2005**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2006#secao5>>. Acesso em: 12, julho de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Licitação de blocos de 2017**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2018#Se%C3%A7%C3%A3o%205>>. Acesso em: 12, Agosto de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Licitação de blocos de 2001**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2021>>. Acesso em: 13, Outubro de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Petrobras conclui a venda da TAG**. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=982907>. Acesso em: 14, outubro de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Petrobras conclui a venda de participação de 10% na NTS**. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=983505>. Acesso em: 14, outubro de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Assinamos contrato de venda da Refinaria Landulpho Alves**. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/nosso-conselho-de-administracao-aprova-venda-da-refinaria-landulpho-alves-rlam-na-bahia.htm>>. Acesso em: 14, outubro de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Petrobras encerra venda de sua participação na BR Distribuidora**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/petrobras-encerra-venda-de-sua-participacao-na-br-distribuidora>>. Acesso em: 14, outubro de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Petrobras conclui venda da BSBios**. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=983343>. Acesso em: 14, outubro de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Petrobras conclui venda da Liquigás**. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=983251>. Acesso em: 14, outubro de 2021.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP, **Petrobras assina contrato para venda da Gaspetro**. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=983692>. Acesso em: 14, outubro de 2021.

AEPET. **Política de preços de Temer e Parente é “America First!”**. Disponível em: <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/1125-editorial-politica-de-precos-de-temer-e-parente-e-america-first>. Acesso em: 17 Out. 2021.

ALMEIDA, Mansueto; LIMA-DE-OLIVEIRA, Renato; SCHNEIDER, Ben Ross. **Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras**. Texto para Discussão, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ARÊAS, João Braga. **As privatizações no Brasil dos anos 90**. *Episteme Transversalis*, v. 4, n. 2, 2017.

BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac; VILLELA, Annibal V. **As modificações no papel do Estado na economia brasileira**. 1973.

BARBOSA, Joabe Aquitófel Ribeiro et al. **Intervenção direta do Estado no setor produtivo: o caso Petrobras**. 2020.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. Geração Editorial, 2014.

BONELLI, Regis; VEIGA, P. Motta. **A dinâmica das políticas setoriais no Brasil na década de 1990: continuidade e mudança**. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v. 75, 2003.

BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. EDUFBA, 2008.

CAMPOS, Adriana Fiorotti. **A reestruturação da Indústria do Petróleo Sulamericana nos anos 90**. Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO JR, Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de notícias**. Anais do XVII Encontro Regional de História—O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, v. 6, 2005.

COSTA PINTO, Eduardo. **Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: a retomada interdita**. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 19, n. 1, 2020.

COUTINHO, Isadora Caminha; DA SILVEIRA STEFFENS, Isadora; VIEIRA, Taís Cristóvão Martins. **A atuação da Petrobras na África durante o governo Lula**. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 7, n. 13, 2014.

DALLA COSTA, Armando. **A trajetória de internacionalização da Petrobras na indústria de petróleo e derivados**. *História econômica & história de empresas*, v. 12, n. 1, 2009.

DALLA COSTA, Armando. **Multinacionais brasileiras: possibilidades e desafios**. In: Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói: ABPHE/Universidade Federal Fluminense. 2017.

DE CARVALHO, Julio Cesar Pereira. **Estado e classes dominantes no Brasil: a mobilização empresarial em torno da internacionalização da Petrobras durante a ditadura (1964-1988)**.

DE MENDONÇA, Marina Gusmão; ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. **O GOVERNO BOLSONARO E O PETRÓLEO BRASILEIRO**. OS RUMOS DO B E DA AMÉRICA L, p. 97.

DE PAULA, Luiz Fernando; MOURA, Rafael. **A Operação Lava Jato e as Mudanças na Gestão da Petrobrás: Uma avaliação dos impactos econômicos gerais e locais**.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás**. 1993.

DIAS, LIDIANE NAZARÉ DA SILVA; DE SIQUEIRA, JOSÉ RICARDO MAIA. **Análise da evolução qualitativa dos balanços sociais da PETROBRAS do período de 2000 a 2004**. In: Anais do XXI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. Recuperado em. 2020.

DOS SANTOS, Ana Paula; NASCIMENTO, Natalí. **Internacionalização do Petróleo: o caso Petrobrás**. Caderno Científico Ceciesa-Gestão, v. 2, n. 1, 2016.

FERREIRA, Francismar Cunha. **NOTA DE PESQUISA: A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS**. Geografares, n. 31, p. 309-334, 2020.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (o governo Itamar Franco entre 1993-1994 e o refluxo da agenda)**. 2004.

FUSER, Igor. **Conflitos e contratos: a Petrobras, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010)**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Steici dos Santos. **A autonomia do Estado na disputa em torno do regime de partilha do Pré-sal no segundo governo Lula**. 2020.

GONZALEZ, Rodrigo Milindre. **BRASIL E A ZOPACAS: PROJEÇÃO DE PODER OU COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA?**. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v. 1, n. 17, p. 64-74, 2014.

INDEXMUNDI. **Brazil Refined petroleum products - exports**. 18/09/2021. Disponível em: https://www.indexmundi.com/brazil/refined_petroleum_products_exports.html. Acesso em: 04 Out. 2021.

JURBERG, Rodrigo Fernandes. **A evolução da indústria petrolífera mundial e os impactos no comércio internacional de petróleo do século XXI após o início da exploração de fontes não convencionais pelos Estados Unidos**. 2016.

LESSA, Antônio Carlos. **Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional-desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parcerias (1974-1979)**. 1994.

LUCENA, Carlos; LUCENA, Lurdes; PREVITALI, Fabiane Santana. **A resistência petroleira e a privatização no pré-sal no Brasil**. Revista História & Perspectivas, v. 29, n. 55, 2016.

MAGALHÃES NEIVA SANTOS, Raquel. **Petrobras en la política exterior del gobierno de Lula: una mirada desde la economía política internacional**. 2009.

NARCISO, Pedro Felipe. **O pré-sal em disputa: burguesia e petróleo no Segundo Governo Lula**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

NOGUEIRA; VIGA GAIER, MARTA; RODRIGO. **Petrobras vê avanço de Exxon e Shell no pré-sal ao ser coadjuvante em leilão pela 1ª vez**. Reuters, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/petroleo-leilao-saturno-idBRKCN1M82EO-OBRBS>>. Acesso em: 18 de Agosto de 2021.

PEREIRA DE CARVALHO, Flavia; GOLDSTEIN, Andrea. **The ‘making of’ national giants: technology and governments shaping the international expansion of oil companies from Brazil and China**. 2008.

PETROBRAS. **Relatório Anual 2007**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007.

RIBEIRO, Cassio Garcia; NOVAES, Henrique T. **Da "Lei do Petróleo" ao leilão de Libra: Petrobras de FHC a Dilma**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2014.

RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira; BORINI, Felipe Mendes. **Desinvestimento nos processos de internacionalização: o caso Petrobras**. Revista Administração em Diálogo-RAD, v. 12, n. 2, 2010.

RICHARD, Ivan Richard. **Em delação, Delcídio relata corrupção na Petrobras nos governos de Itamar e FHC: Segundo o senador, já na gestão do ex-presidente da estatal Joel Rennó**.

Agência Brasil, Brasília, ano 2016, p. 1, 15 jun. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/em-delacao-delcidio-relata-corrupcao-na-petrobras-nos-governos-de-itamar-e>. Acesso em: 30 jun. 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. **Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC)**. Economia e Sociedade, v. 28, p. 393-420, 2019.

RODRIGUES; DOUGLAS RODRIGUES. **Petrobras reduz em 2,4% quadro de funcionários no 1º ano de governo Bolsonaro**. Poder 360, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/petrobras-reduz-em-24-quadro-de-funcionarios-no-1o-ano-de-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2021.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **A globalização e seus reflexos sobre os trabalhadores "estáveis": petroleiros da Fafen/Petrobrás**. Sociologias, n. 6, p. 200-220, 2001.

ROCHA, JULIANA ROCHA. **Petroleiras foram contra novas regras para pré-sal**. Folha de São Paulo, São Paulo, 13, dezembro de 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1312201002.htm>>. Acesso em: 02, Outubro de 2021.

SANTANA, Carlos Ribeiro. **O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 49, n. 2, p. 157-177, 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes. **O segundo mandato de Lula e a política externa: poucas novidades**. Carta Internacional, v. 2, n. 1, 2007.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **A economia política do conteúdo local no setor petrolífero de Lula a Temer**. Economia e Sociedade, v. 30, p. 115-140, 2021.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Petróleo e gás na era Bolsonaro & Guedes. INCERTEZAS E SUBMISSÃO?**, p. 211, 2019.

SILVA, Francisca Tavares da. **Reestruturação produtiva na Petrobrás e ação sindical dos petroleiros do RN**. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TAVARES, Maria da Conceição et al. **O governo Figueiredo: o fim do desenvolvimentismo “à brasileira”**. Memórias do Desenvolvimento, ano, v. 1, p. 179-191.

TORRES, Eduardo Mc Mannis. **A evolução da indústria petroquímica brasileira**. Quím. Nova, São Paulo, v. 20, n. spe, p. 49-54, Dec. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40421997000700009&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40421997000700009>.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008.

VIANA, André Rego Organizador et al. **Governança global e integração da América do Sul**. 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo "soft"? as relações Brasil-África do governo Lula**. SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM-SUL, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2010.

VOIGT, Márcio Roberto; DA SILVA, Daniel da Cunda Corrêa. **a Política externa brasileira do governo Lula e a atuação da Petrobras na Bolívia (2003-2008)**. debates e experiências interdisciplinares, p. 159.

ZENI, Kaline. **A diplomacia brasileira e as discontinuidades da matriz da política externa no governo Dilma Rousseff**. Unoesc & Ciência-ACSA Joaçaba, v. 7, n. 1, p. 7-14, 2016.